



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

### SENTENÇA

Processo nº: **1008295-05.2017.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Luciano Lima Cruz**  
 Requerido: **'Município de Araraquara**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei  
 nº 9.099/95.

### FUNDAMENTO E DECIDO.

Mantenho minha convicção pela improcedência da  
 ação.

O autor sustenta ter sido contratado para atuar na Secretaria de Esporte e Lazer do Município. O documento denominado "Plano de trabalho", apresentado pelo autor às fls. 09/13, não é hábil para demonstrar, de forma cabal, a contratação de serviços pelo Poder Público Municipal e a efetiva prestação de serviços pelo autor.

Ora, não é crível que alguém permaneça por vários meses trabalhando sem qualquer registro de frequência ou comprovação documental da contratação do serviço, sendo que sequer se consegue aferir de onde vem o valor indicado na petição inicial.

Registre-se que a prova oral não alterou o quadro probatório. As testemunhas André Luís Custódio Talora e Everson Miguel Inforsato, afirmaram que, em virtude da demora na realização de concurso público, o autor foi



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

contrato em caráter precário e emergencial e que foi tentado regularizar a situação por meio de concurso público, mas isso só foi possível no ano de 2017.

Não se denota caráter emergencial na prestação dos serviços descritos na inicial, e, ainda que se considere que tenha havido a prestação de serviços, nada é devido ao autor, tendo em vista a nulidade do contrato verbal firmado em afronta ao disposto no artigo 37, incisos II e IX da CF.

Enfim, não se pode cancelar contratações irregulares, sob pena de burlar a lei do concurso público.

Nesta senda, não se desincumbiu o autor de comprovar o direito que afirma fazer jus, não sendo suficientes para tal demonstração os documentos e depoimentos juntados aos autos.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Sem custas ou honorários, na forma do artigo 55 da Lei 9.099/95.

P. I. C

Araraquara, 11 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**